

# Constituição: a imprensa é inimiga da perfeição *auc p.4*

15 DEZ 1987

GAZETA MERCANTIL

Fernando Vergueiro (\*)

A pressão para que a Constituinte elabore rapidamente a Carta Magna é grande e permanente. O argumento é que a Nação precisa de paz, que está estreitamente vinculada à nova Constituição.

A alegação impressiona à primeira vista. Por isso tem repercutido fortemente nos corredores do Congresso, dando margem a medidas que aceleram o processo constitucional, mas reduzem a sua segurança e tranquilidade. Citem-se duas providências nesse sentido: o plenário da Comissão de Sistematização não discutiu no seu primeiro turno o projeto Bernardo Cabral porque o prazo exigido, se fosse ampliado, atrasaria a data da promulgação e, nesta mesma Comissão, reduziram-se drasticamente as emendas a serem votadas por acordos de liderança, sob a mesma afirmação.

A experiência de oito meses de trabalho constitucional já fornece uma perspectiva que antes poucos poderiam ter: afinal de contas, a última Constituição votada que o Brasil teve foi a de 1945, e são poucos aqueles que participaram em sua elaboração e estão vivos.

A luz dessa experiência, a imprensa constitucional parece ser um mau remédio, e a responsabilidade pela tranquilidade da Nação parece deslocar-se da existência da Carta Magna para sua consistência.

O retrospecto desses meses conturbados de trabalho constitucional mostra, pelo menos, um lado positivo: os maiores problemas nacionais têm sido exaustivamente identificados e debatidos.

A seqüência das discussões indica que as posições iniciais extremadas convergem para a solução de bom senso quando há tempo para que o confronto desgaste as arestas.

A reforma agrária, tema tido como o mais difícil da Constituição, foi palco de um acordo entre os parlamentares da Sistematização, comemorado por constituintes de esquerda e de direita.

Os líderes rurais e os reformistas de esquerda não gostaram do acordo, mas ele demonstrou a tendência do Congresso em não radicalizar as questões polêmicas.

O tempo amadurece o debate e propicia a solução; a norma constitucional parece ser como o bom vinho — precisa de tempo para amadurecer.

A tranquilidade da Nação não parece ser afetada pela não aprovação da nova Carta Magna, muito antes ao contrário; a imagem de uma Constituição feita apressadamente, controversa, às vezes incoerente em si mesma, outras vezes radical em excesso, é que tem causado a atual insegurança. As notícias dos debates violentos, de dispo-

sitivos absurdos aprovados por subcomissões e comissões, de nacionalismo extremado, de estatização da saúde, da educação, do subsolo e até dos peixes do mar deixam a sociedade perplexa e desconfiada. Se formos ver, bem de perto, a causa da instabilidade não é a falta de nova Constituição, mas a apreensão que resulta das notícias sobre o que ela vai trazer e sobre a maneira afoita como se está trabalhando.

Produzir um texto constitucional alvo de críticas por toda a Nação, como é o atual projeto da Comissão de Sistematização, é muito pior do que despendar tempo para chegar a um resultado aprovado pela maioria dos brasileiros. Os efeitos duradouros e insanáveis de uma Constituição ruim serão desastrosos. E, pelo menos em um ponto, estão de acordo esquerda, direita e centro: o atual texto constitucional é ruim.

A imprensa é inimiga da

perfeição; neste caso a perfeição possível é muito importante para 140 milhões de brasileiros. É urgente que se tome consciência desta responsabilidade inarredável: o Brasil precisa de uma Constituição viável — já que a essa altura desistimos do sonho de termos a melhor lei máxima em vigor.

Para isso é preciso bom senso, cautela e aquela urdidura política paciente que aproxima as idéias, desbastando os extremismos e harmonizando o consenso entre os parlamentares. Como a boa semente, a idéia tem um prazo de maturação que não pode ser acelerado.

Não troquemos a segurança e a confiabilidade, na criação política do texto constitucional, por um encurtamento de prazos, afoito e não recomendável.

(\*) Diretor-secretário da Sociedade Rural Brasileira e diretor da Associação dos Empresários da Amazônia.